



# IX Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil

## “Educação e Contemporaneidade” 17 a 19 de setembro de 2015

ISSN 1982-3657

### **AVALIAÇÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO ESPECIAL: CONCEITOS E CONTEXTOS**

RICHARDSON BATALHA DE ALBUQUERQUE  
MARCIO JOSÉ FIDELIS NERI  
PATRICIA MATOS SOUZA NUNES

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

#### **RESUMO:**

A avaliação escolar na perspectiva da inclusão é o grande desafio dos professores do ensino regular na busca de elaborar propostas pedagógicas que consistam em práticas significativas para a aprendizagem dos alunos com deficiência.

Desse modo, o texto em questão tem como objetivo refletir sobre a avaliação escolar na educação inclusiva, dentro do contexto da pessoa com deficiência.

O campo metodológico se caracterizou em pesquisa qualitativa, utilizando como procedimentos, levantamento, análise e estudo de textos que versam sobre a educação especial e avaliação escolar, dentro de uma fundamentação alicerçada em autores que discutem a temática em questão, bem como pesquisa exploratória, dentro da experiência profissional dos autores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

**PALAVRA-CHAVES:** Pessoas com Deficiências; Educação inclusiva; avaliação.

The school evaluation in the inclusion perspective is the great challenge of the regular school teachers in the quest to develop educational proposals consisting of significant practices for student learning disabled.

Thus, the text in question aims to reflect on school assessment in inclusive education within the context of people with disabilities.

The methodological field was characterized by qualitative research, using as procedures, survey, analysis and study of texts that deal with special education and school evaluation within a grounded foundation in authors who discuss the topic in question, and exploratory research within the experience of the authors involved in teaching and learning.

**KEY WORD:** People with Disabilities; Inclusive education; assessment.

#### **INTRODUÇÃO**

Será que os professores concebem a inclusão como uma possibilidade de formação de todos ou a fragmentação da sala em alunos ditos “normais” e os “diferentes” (deficientes) para promoção do ato avaliativo?

Queremos chamar a atenção para o fato de que a reflexão sobre a avaliação que propomos debater está essencialmente relacionada a perspectiva da Educação Especial/Inclusiva.

Entre os diversos fatores que mobilizaram nosso interesse em discutir esse tema, está seu caráter complexo, especialmente no que diz respeito aos desafios do professor em promover um ato avaliativo que incluía a todos e não somente aqueles alunos rotulados de “normais”.

A fundamentação foi baseada em autores de grande contexto acadêmico que buscam defender o ato avaliativo escolar dentro uma perspectiva de formação plena do indivíduo, possibilitando sua autonomia moral, intelectual, cultural e socioeconômica: Chueiri (2008); Luckesi (2002); Libâneo (1994); Moretto (2003-2005); Hoffmann (1993) dentre outros. O estudo proposto não se limita a revisões bibliográficas, parte também das experiências profissionais dos autores

envolvidos no processo educacional.

## 1. BREVE CONCEITO: EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DEFICIÊNCIA

A Educação inclusiva abrange a Educação especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço para todos. Ela promove a diversidade na medida em que atenta que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar.

Na atualidade muitos professores identificam, a diversidade humana e as diferenças individuais dentro da sala de aula e se deparam com a urgência de transformar o sistema educacional e garantir um ensino de qualidade para todos os educandos.

A escola ao receber a matrícula de alunos com deficiência, deve ofertar condições para a operacionalização desse projeto pedagógico inclusivo. A inclusão deve garantir a todas as crianças e jovens o acesso à aprendizagem por meio de todas as possibilidades de desenvolvimento que a escolarização oferece.

Nesse contexto, a formação inicial dos professores necessita de uma abordagem que alinhe de fato as fundamentações teóricas acadêmicas no cotidiano da sala de aula do ensino regular e que atendam alunos com necessidades especiais.

Todavia, para se abordar este assunto é essencial elucidar de antemão os conceitos que estão inseridos na educação inclusiva.

Em relação à Educação Inclusiva, Mantoan (2003) constrói duas ideias: a primeira é que na obtenção da educação inclusiva eficaz torna necessário que “todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular”; na segunda é que os alunos que fracassam o resultado é que “a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional” (2003, p. 19).

Ferreira (2005) se alinha as ideias de Mantoan destacar que, além dessa educação ser eficaz, deve vir seguido “do mais pleno desenvolvimento escolar de todos os alunos, em um espaço de relações educacionais que valorizem a diversidade como riqueza humana e cultural” (2005, p. 65).

Ter um ensino de qualidade, respeitar às diferenças e atender as necessidades de todos os alunos são objetivos da educação inclusiva. Ter direito a educação constitui uma parte do aprendizado e conviver em meio à sociedade. Sendo assim, é na escola que aprendemos a socializar, integraliza e democratizar nossa postura.

Uma política educativa que afirme que sobre o professor recaem as esperanças de melhoria da educação brasileira tem como único efeito situar o professor frente a um ideal que adquire mais a dimensão de um “fardo” a ser carregado solitariamente que de uma possibilidade a ser concretamente alcançada. Esta situação é facilmente verificável através das inúmeras queixas veiculadas pelos professores, muitas vezes impotentes, diante das dificuldades para atender a diversidade de seus alunos. (Paulon, p.9. 2005)

Todo o movimento social ligado à educação inclusiva encontra relacionado à luta por direitos, sobretudo aqueles que são excluídos da sociedade. Entendemos que a educação inclusiva garante uma sociedade mais justa, mas não precisamos desconsiderar a formação contida nos limites da educação atual. Isso sugere que a necessidade de mais inclusão das minorias antes segregadas da escola, nos preocuparmos também com a qualidade da educação e com o quanto esta atualmente contribuindo para educar sujeitos efetivamente críticos.

A diversidade de alunos e suas diferenças individuais devem ser reconhecidas e celebradas pelas escolas, dando chance para que todos os discentes aprendam de forma significativa. Essa educação para todos estabelece um grande desafio que é uma qualidade essencial para acatar as expectativas de democratização da educação brasileira.

Na pesquisa dos autores Salvador et al (2006) diz que “algumas das professoras revelaram em suas percepções certa confusão no entendimento do que seja o processo educacional inclusivo” (2006, p. 20). Se esta educação é para todos, então, conforme os mesmos autores “frisa-se que se a inclusão for destinada apenas ou principalmente aos alunos deficientes, tornar-se-á realmente excludente” (p. 20).

O professor deve participar dos planejamentos escolares e da gestão. Como também ter uma dedicação ampla, tanto estendida às famílias quanto à comunidade. Contudo, “acredita-se que o professor da educação inclusiva está perpassado pela precariedade da estrutura física da maior parte das instituições públicas, pelos baixos salários e pelo cansaço gerado pelo despreparo” (p. 120). O desempenho do professor está relacionado com a formação, pois “a maneira como o professor se relaciona com o fenômeno da deficiência, decorre do modo como a percebe” (p. 120).

Em suma, a proposta do autor Baptista (2003), é que para o professor “não se trata, portanto, de conhecer profundamente “a deficiência”, como imaginam alguns educadores, mas de potencializar a ação técnica de referência

para aquele que ensina” (p. 53).

Qual o significado da palavra “deficiência”? Refere-se, portanto, à biologia do ser humano, segundo o Decreto nº 3.298 declara que a deficiência é “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano” (BRASIL, 2006, p. 193). Neste contexto a deficiência pode agrupar-se em quatro conjuntos distintos, sendo definidos pelo Decreto nº 3.298 no Artigo 4º que diz:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004)

II - deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004)

III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004)

IV - deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização dos recursos da comunidade; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004)
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e
- h) trabalho;

V - deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências. (citado em: BRASIL, 2006, p.194).

No entanto será que é esse conceito mesmo, ou melhor, será que é só isso? Oliveira (2008, p. 132) salienta que “[...] as concepções que permeiam o cotidiano escolar ainda se pautam na ideia de que as dificuldades são individuais e que a deficiência está instalada no sujeito [...]”. Assim “o foco do problema é colocado no aluno, no seu desempenho, [...] e contribuindo para uma baixa expectativa dos professores em relação a estes alunos” (CARNEIRO, 2009, p. 141). No conceito de Padilha (2000), é preciso “[...] empurrar a barra que separa o normal do patológico, reconhecendo que as transformações acontecem nas relações concretas de vida e somente nelas [...]” (p. 197).

## 1. RELAÇÃO TEÓRICO/PRÁTICA DA AVALIAÇÃO

No tópico anterior tecemos um pouco sobre a educação inclusiva e deficiência contudo o conceito exposto por Soares (2003) sobre esta educação “é o conjunto de princípios e procedimentos implementados pelos sistemas de ensino para adequar a realidade das escolas à realidade do alunado que, por sua vez, deve representar toda a diversidade humana” (p. 01). Isto nos leva a crer que o principal envolvido nesta proposta de educação é o professor.

Assim, o ato de ensinar tem duas vertentes. Uma é a da ação, exclusivamente, do professor em facilitar o conhecimento. E a outra é o ato de aprender na ação do aluno em estar atento e praticando os conhecimentos adquiridos. Nesta perspectiva, para o professor dispõe de instrumentos e alguns recursos, por exemplo, o diálogo, a observação, a negociação e a avaliação, que retroalimenta seu agir.

Salvador et al, (2006) dizem que [...] é referente a como se deve avaliar. Em primeiro lugar é necessário destacar que a avaliação escolar não pode em nenhum momento ser utilizada como um instrumento de poder (p. 16).

Construir práticas didáticas e pedagógicas na escola que assumam abordagem inclusivas e não assistencialistas voltadas para o desenvolvimento dos educandos com Deficiência Intelectual é mostrar a essas instituições que as mesmas devem estar preparadas para compreender que cada indivíduo possui suas particularidades.

No ato de avaliar, essas particularidades devem ser respeitadas para que de fato o processo de aprender seja de fato construtivo. Desse modo, o processo avaliativo não se pontualiza a uma obrigação do docente, parte de um convenção de respeito as individualidades e potencialidades dos educandos, contribuindo em sua formação intelectual e moral.

Com esse perfil o professor construirá no aluno saberes indispensáveis para o desenvolvimento humano. Por outro lado, a avaliação, no ambiente escolar adquire finalidade que se sustenta nas exigências da sociedade.

A educação formal é desempenhada no processo de vivência que o aluno tem no ambiente escolar, mas é responsabilidade do educador a constatação e mensuração do aprendizado do discente, expondo quantitativamente as decorrências da aprendizagem no processo avaliativo. Esse processo é obtido através de provas e testes, que, às vezes, não contribui para a construção do conhecimento da demanda, assim, o aluno memoriza todos os conteúdos a serem avaliados, deixando de desenvolver a aprendizagem. Nos tempos atuais procede a inclusão, onde na sala de aula existem uma heterogeneidade de educandos.

Os debates sobre a avaliação da aprendizagem, demonstra a importância de reflexões sobre diferentes maneiras de avaliar e conhecer o aluno dentro da heterogeneidade da escola e da sala de aula, principalmente quando se refere ao aluno com deficiência, uma vez que outras variáveis estão diretamente relacionadas ao destino escolar desses sujeitos e até mesmo o sucesso do aluno no ensino comum e o alcance do término de sua escolaridade.

Neste contexto heterogêneo, será que os professores conhecem a inclusão como uma possibilidade de formação de todos ou a fragmentação da sala em alunos ditos “normais” e os “diferentes” (deficientes) para a aplicação e promoção do ato avaliativo?

## 1. O CONCEITO E O CONTEXTO SOBRE O PROCESSO AVALIATIVO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Durante décadas acreditou-se que a aprendizagem dos com necessidades especiais ocorria somente pelo uso de materiais concretos. O aluno deveria ter contato com o objeto e a partir disso iniciar os treinos insistentes, alienantes e descontextualizados.

Ao contrário do que se pensava e acreditava, a abordagem no trabalho com esse público deve ser voltado ao desenvolvimento de suas funções cognitivas. A pessoa com deficiência muitas vezes costuma apresentar uma característica de recusa do saber e dessa maneira se caracteriza em uma posição de passividade e de dependência do outro. Se o docente faz tudo pelo aluno dando totalmente as respostas, ele reforça a posição de frágil e de inibição, não permitindo que ele construa seu conhecimento.

Nesse sentido, o procedimento do processo avaliativo da aprendizagem deve ser um método interativo que envolve uma relação aproximação entre professor e aluno: potencializar e valorizar o processo de ensino e de aprendizagem, pesquisar as estratégias de aprendizagem dos alunos e oferecer sugestões potencialmente úteis para o ensino.

A avaliação deve circundar todas as configurações dos procedimentos de ensino e aprendizagem, ou seja, avalia-se a escola, a sala de aula, os recursos didáticos, o projeto político-pedagógico, o currículo, os objetos do conhecimento, os espaços físicos, os auxílios pedagógicos, a metodologia de ensino, etc. e, além disto, devem envolver todos os protagonistas do espaço escolar, uma vez que todos são responsáveis pela integração, socialização e aprendizagem e não apenas o professor (CARVALHO, 2003).

Cabe a escola o cuidado em ajustar os diferentes instrumentos de avaliação para que possa permitir avaliar os alunos com necessidades especiais, de modo a conhecer o que os mesmos aprenderam. As estratégias do ato avaliativo deverão garantir as necessidades específicas de cada aluno e os auxílios necessários para que se construa garantias do seu desenvolvimento de aprender, mesmo que com adequações. Para que isso ocorra, é preciso utilizar melhor a interlocução e as observações realizadas no cotidiano escolar.

A observação é a ferramenta mais sugerida para a coleta de informação do contexto educacional escolar. O professor deve aprimorar seu olhar para o potencial do aluno, analisando suas condições de aprendizagem, seu desenvolvimento, sem que seja necessário conceber artificialismos no processo avaliativo.

Outra habilidade de grande relevância na avaliação da aprendizagem é a investigação da produção escolar dos alunos com necessidades especiais: cadernos, desenhos, folhas de exercícios, figuras, relatos orais, imagens e outros trabalhos realizados em sala de aula.

Dários de bordo, relatórios, questionários, entrevistas, e outros que possibilitem conhecermos a capacidade de aprendizagem desses alunos na perspectiva de diferenciar o desenvolvimento real do potencial, na tentativa de atuar em áreas de desenvolvimento em construção.

É de extrema importância que o processo avaliativo seja partilhado por todos os atores que fazem parte da equipe pedagógica da escola. Nesse sentido os resultados devem ser potencializadores da intervenção educativa, da busca de soluções para que o aluno com deficiência intelectual alcance o conhecimento, mesmo que de forma diferenciada dos outros alunos, sem contudo sujeitar a criança em momentos artificiais de avaliação.

## 5. CONCLUSÃO

Para que de fato ocorra a inclusão e promover a aprendizagem de todos os alunos na escola regular é preciso fortalecer a formação dos professores e criar uma rede de apoio entre alunos, docentes, gestores escolares, famílias e profissionais de saúde que atendem as crianças com Necessidades Educacionais Especiais

Conhecer e compreender as características das necessidades dos alunos em situação de deficiência, transcendendo suas dificuldades e mobilizando suas possibilidades, significa incluí-lo em todo o contexto escolar, permitirá a tomada de decisões no que se refere às adequações para a promoção da avaliação escolar. Avaliar na educação Especial/Inclusiva compreende uma ação didática e pedagogia aliada a psicológica. Portanto, verifica-se que o ato de avaliar não limita-se a medição e quantificação de informações acerca dos conteúdos estabelecidos, significa verificar o desenvolvimento e evolução das habilidades, competências e outros aspectos cognitivos, afetivos, espirituais, psicológicos e motor, possibilitando dar direção à autonomia pessoal desses alunos para sua plena formação.

O papel do professor no processo avaliativo é valorizar a interação e construção que o aluno com deficiência possui com o mundo. Em sua atuação, o docente precisa acompanhar a aprendizagem desse aluno, compreendendo seus limites e ampliando suas possibilidades de desenvolvimento

São muitos os desafios a serem encarados, mas as iniciativas e as alternativas realizadas pelos professores são essenciais. As experiências, concentram os esforços para além do convívio, para as possibilidades de participação e de aprendizagem efetiva de todos os alunos

BAPTISTA, Cláudio Roberto. Sobre as diferenças e desvantagens: fala-se de qual educação especial? In: **MARASCHIN, C; FREITAS, L.B.L; CARVALHO, D.C. Psicologia da educação: multiversos sentidos, olhares e experiências.** Porto alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

CARVALHO, R.E. **Avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais.** Brasília: SEESP/MEC, 2003.

FALCHETTI, Shani. **Formação do professor em educação inclusiva: um estudo da relação teórico/prática.** Dissertação em Educação. Universidade Tuiuti do Paraná Curitiba, 2009.

FERREIRA, Maria Cecília Carareto. Ressignificando as práticas pedagógicas da escola comum na perspectiva da educação inclusiva. In: **Anais do IX Seminário capixaba de educação inclusiva – Ressignificando conceitos e práticas:** a contribuição da produção científica. Vitória: UFES, 2005.

FREIRE, Sofia. Um olhar sobre a inclusão. In: **Revista da Educação**, Vol. XVI, nº 1, 2008. P. 5 - 20

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

Paulon, Simone Mainieri. Documento subsidiário à política de inclusão, Lia Beatriz de Lucca Freitas, Gerson Smiech Pinho. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.48 p.

ROSSETTO, Elisabeth. Políticas de formação de professores para a educação especial. In: **2º Seminário Nacional estado e políticas Sociais do Brasil.** UNIOESTE. 13 a 15 de outubro de 2006.

SALVADOR, Diego Salomão Candido de O. et al. Processo educacional inclusivo: das discussões teóricas à necessidade da prática. In: **HOLOS**, Ano 22, dezembro 2006.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** – 4ª ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Especialista em Didática do Ensino Superior. Licenciado em Geografia. Professor da educação básica da rede pública e particular de ensino do Estado de Sergipe. Membro do Núcleo de pesquisa em Inclusão escolar da Pessoa com Deficiência - Nupieped (UFS). Professor atuante na sala de Recursos multifuncionais da rede pública de ensino. E-mail: professorbatalha@hotmail.com

Mestre em educação pela Universidade Federal de Sergipe. Psicopedagogo pela Faculdade São Luís de França. Especialista em EAD pela Universidade Tiradentes e pedagogo pela Universidade Tiradentes. E-mail:mestre.marciofidelis@gmail.com

Mestre em educação pela Universidade Federal de Sergipe. Especialista em atendimento educacional especializado. Professora da rede pública estadual na sala de recursos. Membro do Núcleo de pesquisa em Inclusão escolar da Pessoa com Deficiência - Nupieped (UFS). E-mail:paty\_msn@yahoo.com.br

Recebido em: 05/07/2015

Aprovado em: 06/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: